

“EM NOSSA COMUNIDADE, NÃO EXPLORAMOS A FLORESTA E CONDENAMOS ESSA PRÁTICA POR OUTRAS ALDEIAS”

(Do cacique xavante Aniceto Tsudzaverge)

Reservas preocupam ambientalistas

POR FALTA DE PLANEJAMENTO, TERRITÓRIOS INDÍGENAS OCUPAM O MESMO ESPAÇO DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO E AS EXPÕEM À DEVASTAÇÃO POR MADEIREIRAS

A sobreposição de áreas indígenas e unidades de conservação ambiental na Amazônia Legal preocupa ambientalistas e demonstra a falta de planejamento entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). São 55 os territórios indígenas que ocupam o mesmo espaço destinado a reservas florestais, parques nacionais e estações, segundo levantamento do Instituto Socioambiental (ISA).

A situação provoca distorções nos dados sobre a quantidade de hectares protegidos em nove Estados — Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. A confusão envolve também áreas estaduais e federais cujas extensões são computadas duas vezes.

“A sobreposição leva à maquiagem dos números sobre o que é realmente preservado”, comenta o secretário-executivo do ISA, João Paulo Capobianco. “Ocorrem sérios problemas de gestão porque ninguém sabe qual instituição responde pelas terras”, diz.

Só no Amazonas, 24 terras indígenas estão dentro de parques nacionais, reservas florestais e outros



Amazônia: 24 terras indígenas dentro de parques e florestas

tipos de unidades de conservação. É o caso do Parque Nacional do Pico da Neblina e da Reserva Florestal do Rio Negro. O Estatuto do Índio e o Código Florestal prevêm utilizações diferentes para as mesmas terras. Enquanto os indígenas têm o direito de explorar os recursos naturais de seus territórios, as unidades devem ser preservadas.

Sem projetos que garantam atividades econômicas mais rentáveis do que a exploração da floresta, os in-

dígenas permitem a devastação de seus territórios por madeireiras.

Apesar das disparidades, parte dos ambientalistas acredita na possibilidade de integração entre índios e biodiversidade. “Os dois interesses são conciliáveis, contanto que projetos alternativos sejam oferecidos às comunidades”, acredita Capobianco. Apoiado nesse ponto de vista, o ISA propõe a criação das reservas indígenas de recursos naturais.

Pelo mecanismo, as comunidades

indígenas poderiam optar por transformar parte de seus territórios em áreas de conservação. Se a solicitação fosse aprovada pelo Ibama, os índios teriam acesso a linhas de crédito para projetos de sustentação econômica.

O cacique xavante Aniceto Tsudzaverge espera que Funai e Ibama entrem em acordo, embora desconheça choque de propósitos entre os dois órgãos no Mato Grosso, onde está sua aldeia. Para o líder que participou da abertura da Rio 5 na quinta-feira, a preservação mútua dos índios e da natureza não é uma utopia. “Em nossa comunidade, não exploramos a floresta e condenamos essa prática por outras aldeias”, conclui.

Os ambientalistas criticam os critérios para escolha de áreas de proteção. Segundo o ISA, a determinação das reservas nem sempre segue critérios técnicos. Apenas 11% da floresta úmida densa está localizada dentro de unidades de conservação. No caso da floresta aberta, são 8%. A savana protegida não ultrapassa os 4%. “Isso indica que o sistema de unidades de conservação não considerou a diversidade de ambientes”, diz Capobianco.

Cristiane Segatto/AE

52
16/3/97
ST
154